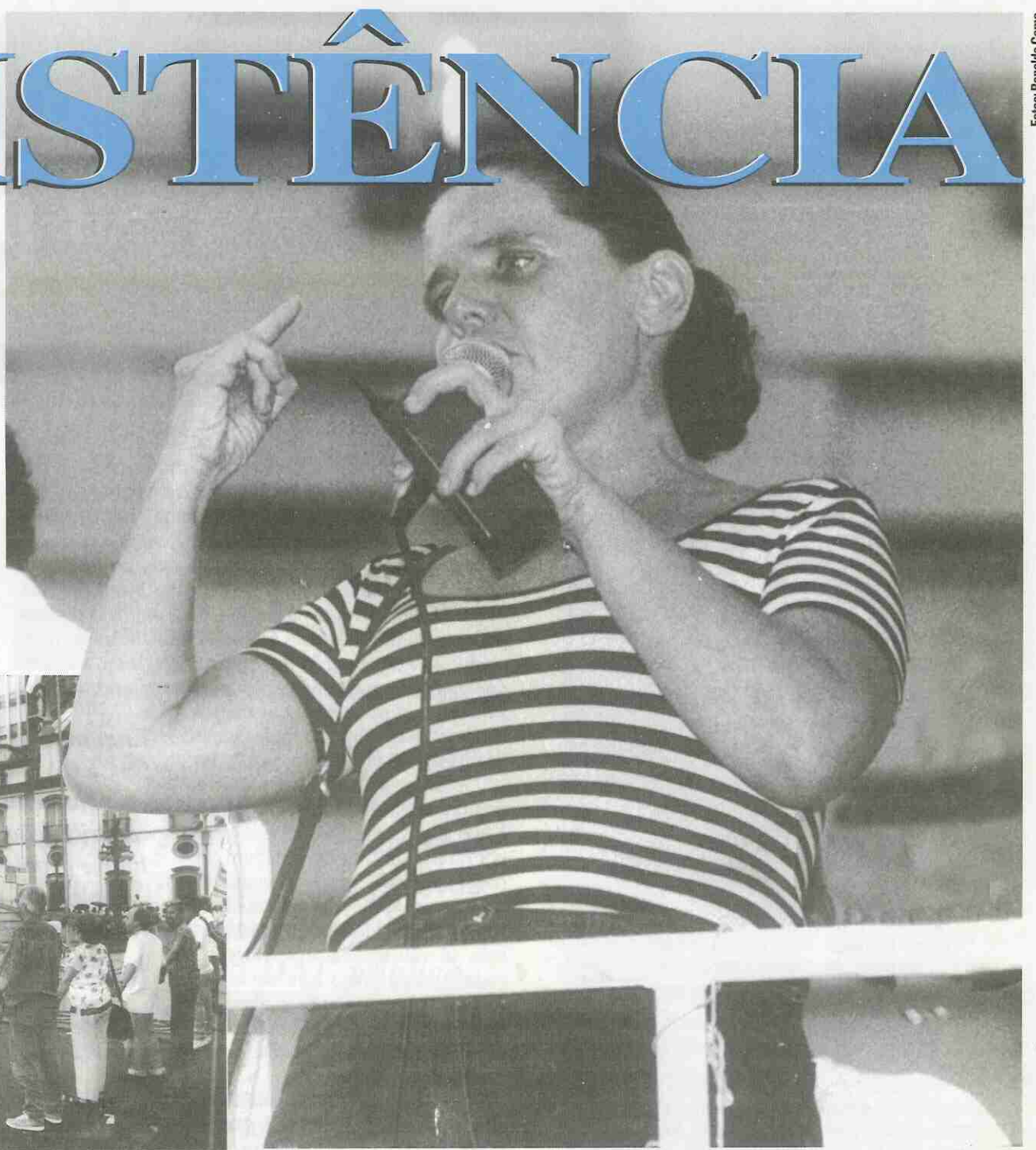
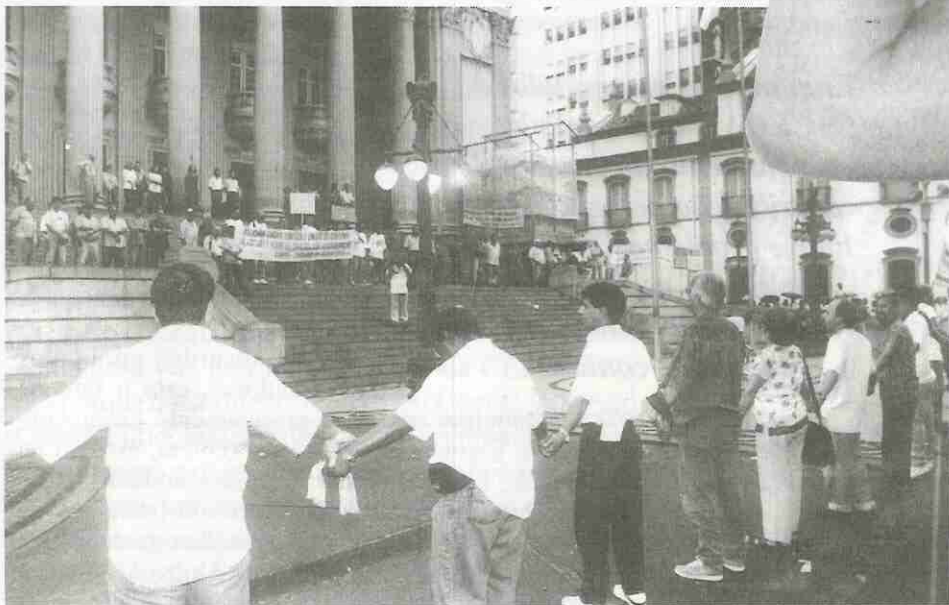


RESISTÊNCIA

Alerj recua
e decide votar
a retirada da
CEDAE do PED



Fotos: Ronaldo Gama

Manifestantes deram um abraço simbólico a Assembléia Legislativa antes de ouvir a deputada Lúcia Souto anunciar que seu projeto havia sido arquivado

A primeira vitória contra a insensatez do governo do Estado do Rio de Janeiro que tenta, a qualquer custo, entregar um dos serviços mais essenciais à saúde e à qualidade de vida da população - o Saneamento Básico -, acaba de ser conseguida, na esfera do Poder Legislativo, através da reação da sociedade e dos trabalhadores contra a manobra do presidente da Assembléia Legislativa, Sérgio Cabral Filho, que conseguiu, no último dia 25, arquivar o projeto da deputada Lúcia Souto (PPS/RJ), que propõe a retirada da CEDAE do Programa Estadual de Desestatização. Com uma rápida mobilização, as entidades de classe

do setor de Saneamento, sindicatos e sociedade, de maneira geral, conseguiram 40 assinaturas de parlamentares, inclusive da oposição, para reapresentar a matéria, que volta a pauta de votação no máximo em 30 dias. Considerado uma tentativa de golpe do governo, o arquivamento do projeto de lei da deputada opositora gerou uma reação imediata de representantes da sociedade civil e de trabalhadores, que foram impedidos de ingressar no plenário da Alerj para acompanhar a votação e, em função disso, solicitaram o seu adiamento. Com uma manifestação na porta da Alerj, marcada por tentativas de provocação e um forte es-

quema de segurança policial, eles protestaram contra a arbitrariedade do governo e cobraram um posicionamento dos parlamentares, que até o fechamento desta edição já somavam 49 assinaturas em favor de uma nova votação. Nesta edição, o Jornal da ASEAC publica o nome de todos os deputados que se manifestaram contra e a favor da retirada da CEDAE do Programa de Desestatização, para que a sociedade possa, na próxima votação, observar a ratificação ou não das assinaturas e cobrar nas urnas, de cada deputado, o posicionamento contra os seus interesses.

(Editorial e páginas 4,5 e 6).

Associação dos Empregados de Nível
 Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
 Telefones: 263-6240/296-0025 - Ramal 102
 Telefax: 253-7482
 Internet: aseac@mandic.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
 Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
 Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Administrativo
 César Eduardo Scherer
Diretor Financeiro
 Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
 Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
 João Benedito Lorenzon Mello
Diretor Social
 Antônio Carlos Álvares Grillo

CONSELHO DIRETOR

Representantes dos Administradores:
 Pedro Paulo de Freitas
Advogados
 Sueli Koling Turano
Analistas
 César Lima da Graça
Aposentados
 Edson Bittencourt Rosas
 Elycio Américo M. da Fonseca
 Leon Ambram
 Nacin Chau Cascum
Arquitetos
 Dirceu Soares Marinho Filho
Biólogos
 Evandro Rodrigues de Brito
Contadores
 Sérgio Pereira
Demais Categorias
 Eliana Glória de P. Peixoto
Economistas
 Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
 Álvaro Henrique C. Verocai
 Clóvis Francisco do Nascimento Filho
 Flávio de Carvalho Filho
 Márcio de Melo Rocha
 Paulo César Quintanilha
 Renato Guerra Marques

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,
 Nelson Martins Portugal e José Carlos Filippo.
 Suplentes: David Fink, Antônio Bastos de Oliveira
 e Luiz Fernando F. Rodrigues.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação
 Tels: (021) 220-5031/224-5472

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério - MTB: 12.524/RJ

Diagramação

Arquimedes Martins Celestino (TED)

Edição de Março de 1998

Tiragem: 2000 exemplares



Desastre da privatização já atinge a Região dos Lagos

Aduadora Araruama-Bacaxá, construída pela CEDAE há cerca de quatro anos, agora é do setor privado

O Consórcio Águas de Juturnaíba, que desde janeiro não se sentia competente para assumir sozinho a gestão do Saneamento nos municípios de Araruama, Silva Jardim e Saquarema, já está com problemas para atender a população que, assustada, não sabe a quem recorrer. A denúncia é do vereador André Mônica, do PSC, que afirmou ao Jornal da ASEAC, estar participando de vários programas de rádio na Região, onde a crítica ao comportamento do Consórcio é generalizada. Segundo o vereador, um dos motivos de reclamações foi a mudança de critérios da nova concessionária com relação aos consumidores, que moram em bairros, localizados em final de linha de rede de distribuição.

“A Cedae garantia a essa parte da população, cadastrada na Empresa, e que não recebe água regularmente por falta de pressão na rede, um carro-pipa a cada 15 dias. Uma das primeiras decisões do Consórcio Juturnaíba foi decidir que essas pessoas só vão receber esse reforço a cada 30 dias, prazo considerado insuficiente para garantir o abastecimento. A população tem reclamado bastante também do aumento de preço das contas depois da privatização dos serviços”, explicou André Mônica.

A direção da ASEAC também já tem informações de queda da qualidade dos serviços prestados pelo consórcio. Segundo o presidente da Associação, Dario Mondego, por cerca de dois meses funcionou uma gestão compartilhada, onde os empregados da CEDAE ajudaram no gerenciamento do sistema sem registro de problemas, mas assim que os empregados da CEDAE foram retirados, o Consórcio passou a ter dificuldades para administrar a Estação de Tratamento de Água - a ETA de Juturnaíba: “A primeira consequência foi a da queda do residual de cloro, detectado pela unidade da CEDAE de Cabo Frio. A informação já foi repassada diretoria do Interior, pois os técnicos temem que esta queda venha a repercutir na saúde da população”, explicou Dario.

Outra questão detectada pela ASEAC é a de que o Consórcio Águas de Juturnaíba estaria se negando a assumir os serviços de Saneamento de Iguaba. A alegação é de que quando a licitação foi feita, Iguaba era apenas um Distrito de Araruama, mas, como agora foi emancipado a município, o problema não é mais do Consórcio.

Mandado de Segurança

Por considerar ilegal, por ferir a Lei Orgânica do Município, a forma como os serviços de Saneamento na Região foram privatizados, os vereadores André Mônica (PSC), Paulo Fernandes Pinto de Mello (Dipaulo/PDT), e Iran da Costa Barros (PDT) entraram com um mandado de segurança, subsidiado pela ASEAC, contra o prefeito de Araruama, Vilmar José Dias de Oliveira (PRP). Segundo os vereadores, o prefeito assinou o contrato com o Consórcio Águas de Juturnaíba (Queiróz Galvão, Erco, Covan e EIT) apesar da Câmara dos Vereadores do Município ter rejeitado o projeto de lei, que previa a concessão. André Mônica explicou que a Câmara de Vereadores não pode, na verdade, sequer apreciar o projeto, pois a mensagem do prefeito não continha uma minuta do contrato, que seria assinado.

Entre os absurdos apontados pelos vereadores, está o fato de

que o Município entregou praticamente pronto um sistema de esgotamento sanitário (coleta, estação de tratamento - Lagoa de Estabilização -, emissário submarino, e elevatória), construído com recursos da CEF, através do Prosege, e não recebeu nenhum tostão por isso. O terrível, segundo André Mônica, é que falta apenas expandir a rede coletora, e o Município é quem vai pagar o financiamento. Para o vereador, é também inadmissível que no contrato assinado esteja definido que o Consórcio tem oito anos para atender a uma demanda mínima de 25% da população com esgotamento sanitário:

“É claro que o prefeito sofreu pressões do governo do Estado para assinar esse convênio, mas está também sofrendo pressões da população. E a maior prova disso é que, há poucos dias, pediu autorização à Câmara dos Vereadores para contrair um empréstimo de R\$ 1,5 milhão para construir um sistema de esgotamento sanitário, que deverá beneficiar dois bairros da cidade. Quer dizer, a prefeitura pede o empréstimo, executa a obra, paga o empréstimo e, por força contratual, entrega o sistema pronto para o Consórcio Águas de Juturnaíba apenas faturar. Assim é demais!”, desabafou o vereador.

“Enquanto os empregados da CEDAE ajudaram no gerenciamento do sistema de distribuição de água não houve problemas. Agora, a população reclama dos serviços e do aumento de preço das contas.”

A resistência

Na quarta-feira, dia 18/03, a mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - Alerj - anunciava o regime de urgência concedido ao Projeto de Lei que retiraria a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED - e marcava para a quarta-feira seguinte, dia 25/03, a discussão em Plenário, seguida de votação.

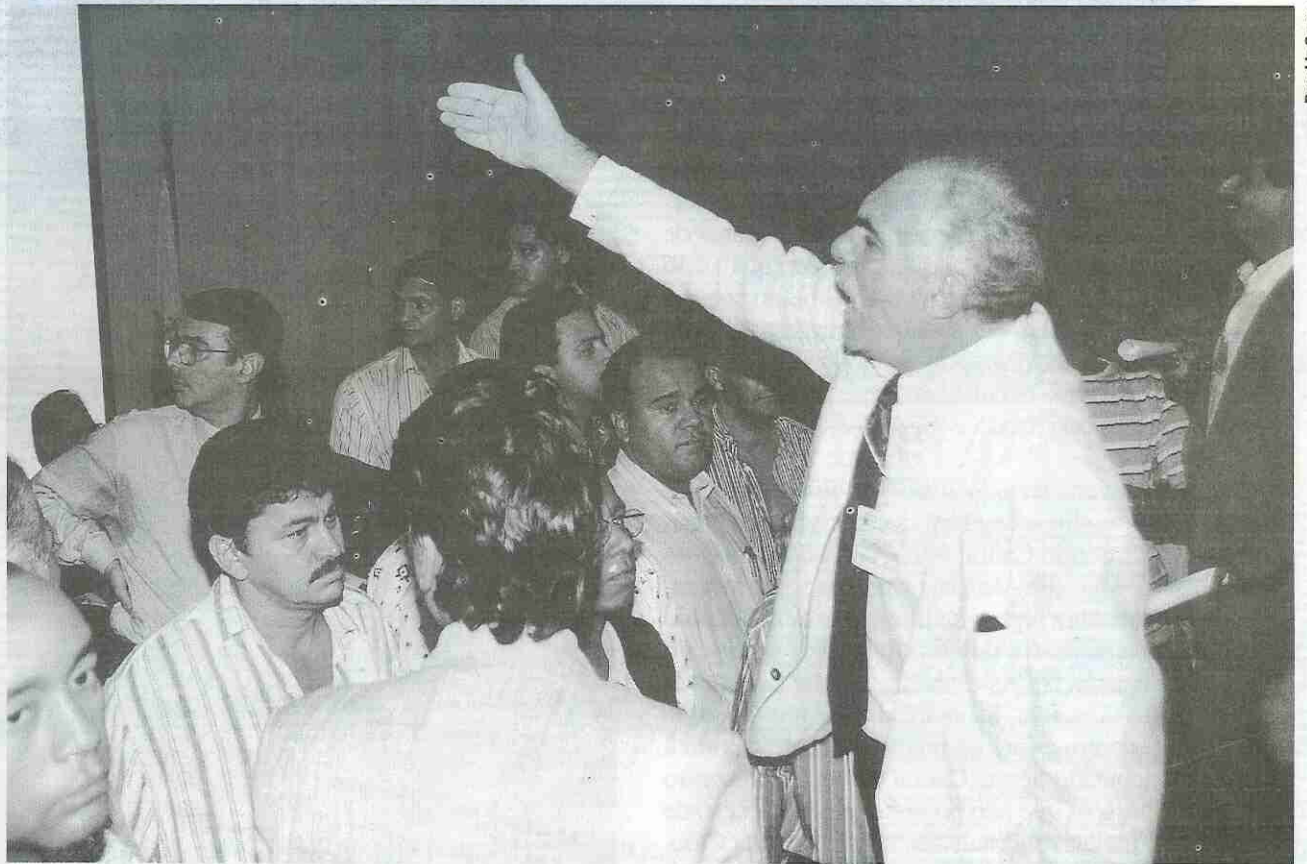
Éramos, em número presente, o bastante para provocar pronunciamentos inflamados de alguns parlamentares. Isso fez com que houvesse apartes, gerando princípio de tumulto entre eles, o que levou o presidente da Casa intervir para serenar os ânimos. O que clamávamos se iniciava naquela sessão - a discussão "CEDAE".

Sem dúvida, estamos exercendo a resistência que eles não imaginavam! A partir daquela quarta-feira, ficou à vista o que seria na memorável semana seguinte. Nos dias que a sucederam, iniciou-se uma pressão, antes nunca vista, um a um, quase totalizando os 70 (setenta) parlamentares, receberam-nos, ouviram-nos e estenderam as mãos ao material informativo que exibíamos. Muitos não conheciam o Engenho CEDAE, em profundidade. Hesitavam, agora, quanto à votação. Declaravam-se reféns da decisão da bancada de seu partido. Reconheciam, aos poucos, que não se justificava a privatização de um órgão público tão importante e tão esquecido por muitos, mas que não apresenta nenhuma dificuldade ao governo estadual. Ratificavam alguns, afirmando: - só nos traz bons resultados, principalmente políticos.

Quarta-feira última, dia 25.03, lá estávamos de volta, na Alerj, demonstrando a nossa força. Afinal, muitos colegas, universitários ou não, atenderam ao nosso apelo e formavam conosco mais de quinhentos, soltando a voz na rua, em defesa da CEDAE. Na rua porque o Presidente da Alerj, o Deputado Sérgio Cabral Filho, assim o quis, sob o argumento de que no dia anterior os professores haviam invadido o plenário e que, por isso, decretara a proibição de acesso às galerias, por 30 dias. Ora ! Aquela Casa Legislativa é de propriedade do povo e não da sua presidência. Se a segurança, que nós contribuintes pagamos, não foi competente é por culpa da gestão da Casa. Não foi democrático o tratamento a nós dispensado. Nem sequer jornalistas e fotógrafos tiveram acesso.

Arquitetaram e consagraram o que queriam - não se submeter ao constrangimento de negar diante de tantos nas galerias, que lhes julgariam, certamente, nesse ano de eleições e manter-se sob as asas do governador que, provavelmente, lhes acena, no mínimo, o palanque.

Após rejeitar o pedido da deputada Lúcia Souto, autora do projeto, para adiar a votação, vez que os interessados - o povo - não estavam presentes nas galerias, o presidente submeteu o projeto à Comissão de Constituição e Justiça, em plenário, que, sob o comando do líder do governo, o deputado Paulo Mello,



Romário Gama

O presidente da ASEAC tem enfatizado ao governo a insatisfação da sociedade com a venda da CEDAE

“Temos que estar preparados para buscar, mobilizados, dentro e fora da Assembléia Legislativa, as ações cabíveis para a manutenção da luta em defesa da CEDAE pública, como quer a sociedade.”

rapidamente o julgou inconstitucional. Mais rapidamente ainda, o presidente determinou o seu arquivamento. Estava, ali, sepultando a nossa luta naquela Casa e o sonho de ver, pelo menos, mais uma vez ser discutida a CEDAE e, quem sabe, até a vitória na votação.

Entendemos que, apesar de tudo, a nossa leitura é de vitória. Houve recuo. Ficou claro que a estratégia deles com o governo foi o de não se confrontar, em plenário, pois já não tinham tanta certeza de deter a maioria. O clima já era de dúvida. O governador, na semana da votação, já fizera três reuniões com a sua bancada. Sabe-se que o mote era a votação, embora outros assuntos eram abordados. Também, não queriam se confrontar com a verdade que eles evitam e que os levaria a revelar os interesses, até agora, não confessados, mas que, por conjecturas, baseados em fatos, entendemos que é o “caixa” que fala mais alto

e não a realidade “CEDAE”, com a sua função magnífica social contra a finalidade econômica que eles pretendem alcançar, sacrificando o social.

Agora, se não bastasse a força demonstrada, também exibimos a nossa “garra”. O nosso grupo conseguiu, no dia seguinte ao “fúnebre” ato do governo na Alerj, desarquivar o Projeto de Lei ao colher nada menos que 40 assinaturas dos 70 deputados da Alerj. Tal Projeto, transformou-se em suprapartidário, porque deputados de diversos partidos, inclusive do PSDB, assinaram.

Daí para frente, buscaremos, mobilizados, de acordo com o Regimento daquela Casa Legislativa, as ações cabíveis para a manutenção da luta.

Quinta-feira, dia 2 de abril, ao final da tarde, recebemos o telefonema do Dr. César Maia, candidato ao governo do Estado nas próximas eleições, que nos informava que o município do Rio de Janeiro havia conseguido liminar suspendendo os efeitos da Lei 087/97, através da qual o governo do Estado tomou o poder constitucional do município na execução da distribuição de água potável e do esgotamento sanitário.

“O Golias atacou. O Davi foi ao chão. Rapidamente se levantou. Sacudiu a poeira e, com seu estilingue, o alvejou. Pena que não foi fatal, ainda. O Golias, aparentemente, assimilou a pedrada. Mas doeu, com certeza. Inesperadamente, eis que o Golias leva outra pedrada. Está tropego. Quem sabe, não está próximo do nocaute.”

Dario Mondego
 Presidente

Sociedade reage e der...

Proposta de retirada da CEDAE do Programa Estadual

Em menos de 24 horas, líderes sindicais e representantes de entidades de classe, como a ABES e a ASEAC, aliados a parlamentares da oposição e do próprio governo, conseguiram reunir as primeiras 40 assinaturas de políticos de vários partidos - nove a mais do que as 36 necessárias, conforme determina o Regimento Interno da Assembléia Legislativa - para que o projeto de lei da deputada Lúcia Souto (PPS/RJ), propondo a retirada da CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED - pudesse ser desarquivado e reapresentado para votação.

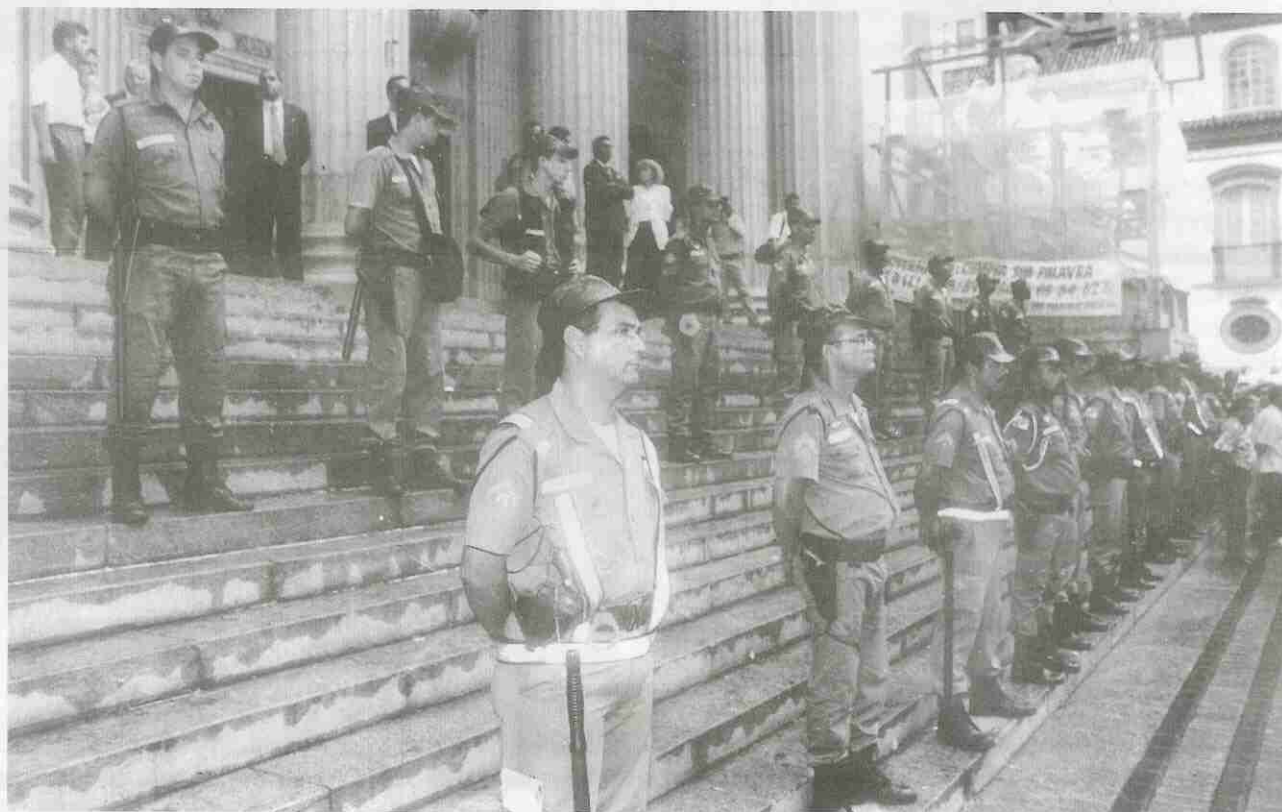
O projeto deveria ter sido votado no último dia 25 de março pela Assembléia Legislativa - Alerj -, mas o presidente da Casa, Sérgio Cabral Filho, cedendo a pressões do governador Marcello Alencar, mandou arquivá-lo, através de uma manobra regimental, segundo denúncias de deputados de oposição e do próprio PSDB - partido do governo do Estado. Na Assembléia, a sessão, que deveria ter votado o projeto, foi marcada por um clima de forte tensão, dentro e fora do prédio da Alerj, devido à decisão do deputado Sérgio Cabral de impedir o acesso de todas as pessoas que não portassem identificação de funcionário, inclusive jornalistas, ao plenário da Casa. Utilizando como desculpa, o movimento dos professores por melhores salários, que no dia anterior haviam invadido o plenário da Assembléia, o deputado tucano mandou fechar o acesso às galerias, tanto aos trabalhadores quanto à população, em geral, alegando que poderia se repetir o tumulto, desta vez provocado pelos trabalhadores da CEDAE.

Manobra

A decisão, interpretada como uma manobra da presidência da Casa para impedir que os deputados favoráveis ao governo se sentissem constrangidos diante da população e dos trabalhadores da Empresa, gerou protestos imediatos de centenas de manifestantes, que solicitaram à deputada do PPS que retirasse o projeto da pauta de votação, para que o assunto pudesse ser mais debatido e votado com a presença da sociedade e dos trabalhadores, os maiores interessados no assunto. Foi a deixa que o presidente da Alerj precisava: alegando que o projeto tinha pedido de urgência na tramitação, Sérgio Cabral indeferiu o pedido da deputada Lúcia Souto e convocou o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Paulo Melo (líder do PSDB), que deu parecer favorável à inconstitucionalidade do projeto, o que determinou o seu arquivamento.

Mais tarde, parlamentares da oposição denunciavam que a decisão de arquivar o projeto de retirada da CEDAE do PED já estava decidida desde o início da tarde, por determinação do próprio governador Marcello Alencar ao líder do PSDB, depois de uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça. A ordem para impedir o acesso da população ao plenário da Alerj, segundo esses parlamentares, também teria sido determinada pelo próprio governador.

Segundo a deputada Lúcia Souto, que considerou a atitude um arbítrio, o deputado Sérgio Cabral usou ain-



Fotos: Ronaldo Gama

O governo usou as tropas, de novo, e impediu a sociedade de acompanhar a votação da retirada da CEDAE do PED

da como argumento para impedir a votação o fato de ele próprio ter pedido, na semana anterior, regime de urgência para o projeto, e que, com isso, teria cometido uma ilegalidade. Para a parlamentar, a versão é outra, pois qualquer matéria de interesse da sociedade pode, segundo o regimento interno da Casa, ser votado dessa forma com pedido de urgência: "O que houve foi muita pressão do Executivo sobre o Legislativo, porque o autor de um projeto tem o direito de pedir sua retirada de pauta. Além disso, quem autorizou o PED - no caso, a Alerj - pode perfeitamente promover o debate sobre o assunto, principalmente devido ao seu alto grau de importância para a população", desabafou.

Sociedade reage

A decisão de arquivar o projeto da deputada Lúcia Souto, porém, em vez de arrefecer os ânimos dos trabalhadores, ao contrário, serviu como um estímulo ao acirramento da luta, que agora conta com apoio da população e de vários parlamentares do próprio PSDB, contra a privatização da CEDAE. A saída proposta pela própria deputada Lúcia Souto, diante da manobra do governo para tentar sepultar de vez seu projeto, foi usar o próprio Regimento da Alerj, para propor a reapresentação do projeto, o que é possível desde que haja 36 assinaturas favoráveis de parlamentares.

Segundo ela, obtidas as subscrições necessárias, no máximo em 30 dias, o projeto poderá ser votado, mesmo que não haja regime de urgência. "Além do mais, o Poder Legislativo não pode se omitir, principalmente, depois dos exemplos que tivemos com a privatização da Light e da CERJ, que resultou na democratização da

escassez de luz que, antes, era restrita apenas a algumas áreas. Imediatamente após o arquivamento do projeto da deputada Lúcia Souto, vários parlamentares (Ricardo Gaspar, Aparecida Gama e Tânia Jardim, do próprio PSDB, e Solange Amaral, líder do PFL, entre outros) se manifestaram contrários à privatização da CEDAE e se propuseram, publicamente a assinar o pedido de reapresentação do projeto, para retirar a CEDAE do PED.

- Quando apresentei o projeto, a intenção era no sentido de que a Alerj pudesse contribuir para acabar com a forma leviana com que está se fazendo a privatização da CEDAE. E como médica sanitária, considero a forma como o processo vem sendo conduzido como uma das mais graves exonerações de responsabilidade de um governador em relação à sociedade. E o Poder Legislativo tem obrigação de interferir nisso - explicou a deputada. Para ela, o fundamental agora é que toda a sociedade - sindicatos de trabalhadores, entidades de classe, parlamentares etc. se mobilizem para garantir a votação do projeto.

Até o final desta edição (1º de abril), mais nove deputados assinaram o documento, perfazendo um total de 49 assinaturas, transformando o projeto de Lei 2.126/98 em suprapartidário. Agora o projeto tem como autores os seguintes deputados: Lúcia Souto, líder do PPS; Solange Amaral, líder do PFL; Carlos Minc, líder do PT; Edmilson Valentim, líder do PCdoB; Nilton Salomão, líder do PSB; Almir Rangel, do PFL. Foi desarquivado e por despacho do presidente da Alerj, encaminhado a impressão e às comissões da Casa. O texto da Lei foi publicado no Diário Oficial, Poder Legislativo, de 01/04/98.

Crucial golpe do governo

de Desestatização vai ser votada em 30 dias pela Alerj

"Queremos olhar no olho de cada deputado, na hora em que ele estiver votando."

Luís Carlos de Oliveira, presidente do Sindicato dos Urbanitários



Vamos ficar de olho nesses nomes, que honraram e desonraram nosso voto, e contar aos amigos, familiares, colegas de trabalho, enfim, a todo mundo, como eles se comportam na hora de votar um assunto de interesse da sociedade. E mais do que isso, vamos aguardar a votação definitiva do projeto que retira a CEDAE do Programa Estadual de Desestatização - PED - para não sermos traídos por interesses políticos momentâneos. Vamos ver, de fato, na votação, quem é contra ou a favor e cobrar nas urnas, em outubro próximo. Na lista abaixo, publicamos os nomes, partidos e a posição dos deputados consultados pelas lideranças da sociedade. Restam ainda 10 parlamentares, que estão sendo consultados, e cuja posição informaremos na próxima oportunidade.

O PLACAR DA HONRA...

Parlamentares que assinaram requerimento em favor de uma nova votação do projeto da deputada Lúcia Souto, pela retirada da CEDAE do PED:

ALBANO REIS PDT
 ALMIR RANGEL PFL
 ANDRÉ LUIZ PMDB
 ALUÍZIO DE CASTRO PPB
 APARECIDA GAMA PSDB
 ARY BRUM PSDB
 ÁTILA NUNES PMDB
 CARLÃO
 (CARLOS AUGUSTO DE PAULA) ... PPS
 CARLOS MINC PT
 CLAUDECI PL
 EDMILSON VALENTIM ... PC do B
 FARID ABRÃO PPB
 DELIO LEAL PMDB
 GRAÇA MATOS PDT
 GRAÇA E PAZ PSDB
 HAIRSON MONTEIRO PPB
 HELONEIDA STUDART PT
 HENRY CHARLES PMDB
 JARBAS STELMANN PTB
 JOÃO PEIXOTO PT do B
 JORGE NASCIMENTO PSDB

JOSÉ AMORIM PPB
 JOSÉ CLAUDIO PMDB
 JOSÉ RICHARD PFL
 LEDA GOMES PDT
 LÚCIA SOUTO PPS
 IVANIR DE MELO PSDB
 MAGALY MACHADO PFL
 MARCELO DIAS PT
 MARCIO ARRUDA PFL
 MIRIAM PDT
 NANDO DA NANCEL PSDB
 NEIROBIS NAGAE PT
 NELSON GONÇALVES PSDB
 NILTON SALOMÃO PSB
 NÚBIA COZZOLINO PPB
 PAULO DE AQUINO PTB
 PEDRO FERNANDES PFL
 RENATO COZZOLINO PSC
 RICARDO GASPAR PMDB
 ROBERTO CID PSDB
 RUBENS TAVARES PFL
 SIVUCA PPB
 SOLANGE AMARAL PFL
 TÂNIA JARDIM PSDB
 TÂNIA RODRIGUES PT
 TUNINHO DUARTE PFL
 WALNEY ROCHA PMDB
 WASHINGTON REIS PSC

E DA DESONRA

Parlamentares que se recusaram a assinar o requerimento em favor de uma nova votação do projeto da deputada Lúcia Souto, pela retirada da CEDAE do PED:

ALICE TAMBORINDEGUY .PSDB
 APARECIDA BOAVENTURA PMDB
 BERNARD RAJZMANPSDB
 CORY PILLARPSDB
 IÉDIO ROSA PMDB
 LAURO MONTEIRO FILHO PSDB
 LUIZ NOVAES PMDB
 LUIZ RIBEIROPSDB
 PAULO DUQUE PMDB
 PAULO MELOPSDB
 SÉRGIO CABRAL FILHOPSDB

Privatização da CEDAE, um crime de "lesa pátria"

A justificativa do governo do Estado para privatizar a CEDAE é ilegal e ilegítima. O Inciso I, do artigo 1º., da Lei 2.470, que institui o Programa Estadual de Desestatização, no qual foi incluída a CEDAE, afirma que a reestruturação da exploração pelo Estado da atividade econômica pressupõe a transferência para a iniciativa privada daquelas atividades que não são de interesse coletivo. Este não é o caso da Companhia, muito pelo contrário.

Além de estar dissolvendo o patrimônio público, o governo estadual está encaminhando a venda da empresa de forma autoritária, sem qualquer consulta à sociedade e às prefeituras do Estado do Rio, algumas, inclusive, interessadas em municipalizar os serviços de água e esgoto.

A proposta ignora, também, o fato de a água ser uma questão de saúde pública, que não pode ser privatizada, até mesmo porque tanto a Constituição Federal quanto a do Estado a consideram como de interesse público e coletivo. Isso justifica a retirada da CEDAE do Programa de Desestatização, para que haja uma discussão que leve e aprofunde o debate para toda a sociedade, envolvendo inclusive as prefeituras.

Assim, diante da necessidade de garantir a votação do projeto que retira a CEDAE do PED, a direção da ASEAC sugere que cada cidadão, associado ou não à Entidade, envie telegramas aos deputados estaduais do Rio, como forma de pressão sobre os parlamentares do Legislativo fluminense. Por sua vez, a ASEAC vai manter o trabalho de corpo a corpo que vem fazendo junto aos parlamentares, inclusive, com a presença de grupos de trabalhadores e representantes comunitários na Assembléia Legislativa, para que esse projeto de lei seja aprovado.

Entidades e trabalhadores reagem ao fechamento da Alerj e prometem cobrar nas urnas

Arbitrariedade vai custar caro

A votação do projeto de lei da deputada Lúcia Souto, propondo a retirada da CEDAE do programa de privatizações do governo do Estado, mobilizou diversas entidades de classe, de trabalhadores e representantes da sociedade civil, da capital e do interior, que, assim como vários parlamentares, discordam da forma como o governo vem conduzindo o processo, à revelia da sociedade e tratando um setor fundamental para a saúde da população como mera mercadoria.

Num ato pacífico e ordeiro, apoiado por policiais civis que engrossaram o protesto, contra o governo do Estado, os manifestantes se concentraram, a partir das 16 horas, na praça localizada em frente às escadarias da Assembléia Legislativa, utilizando um carro de som cedido pelo deputado Almir Rangel, do PFL, para contestar os parlamentares contrários à retirada da CEDAE do PED e acompanhar a votação, do plenário da Casa. Contudo, logo cedo, um forte contingente policial militar e de seguranças da Assembléia se posicionou em frente da "Casa do Povo", com ordens expressas do presidente da Alerj, Sérgio Cabral Filho, de impedir a entrada da população e dos trabalhadores da CEDAE ao plenário.

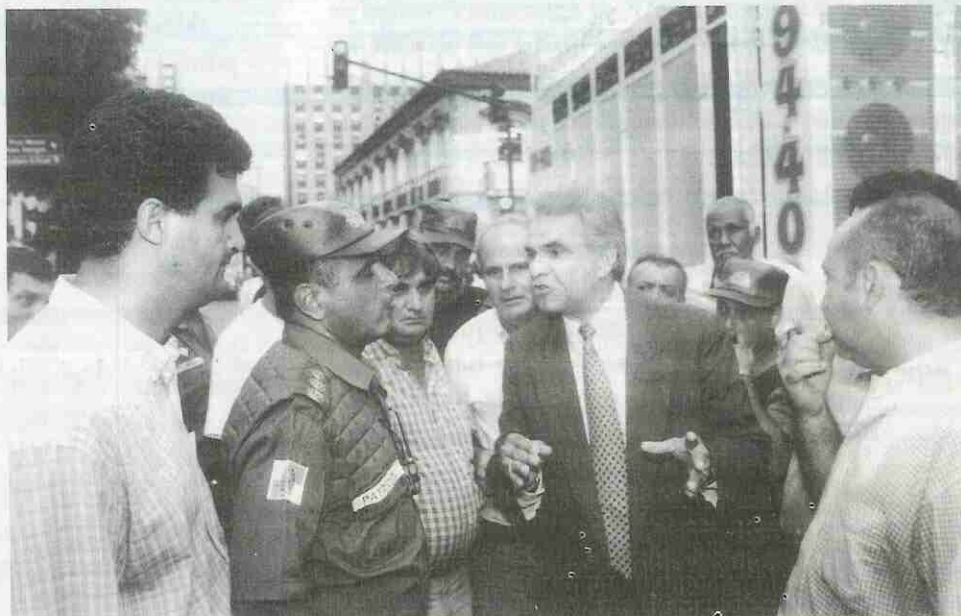
Portando faixas e cartazes, os trabalhadores e dezenas de manifestantes se preparavam para entrar na Alerj quando foram avisados de que não poderiam acompanhar a votação do projeto da deputada Lúcia Souto. Esta informação foi a "gota d'água" para que se iniciassem protestos de toda a ordem contra o governo Marcello Alencar, acusado de "ditador" por impedir a participação da sociedade civil na discussão sobre a privatização da CEDAE. Aliás, a atitude do governo, impedindo a participação dos manifestantes no plenário da Alerj, foi a mesma utilizada na Audiência Pública para discutir a privatização da CEDAE, realizada na secretaria de Planejamento, no dia 20 de fevereiro. Na ocasião, também, por ordem do governo os portões do Palácio foram fechados e a população não pode participar das discussões.

- É um absurdo impedir o povo de acompanhar a votação de um projeto tão importante para a população e para os trabalhadores. Queremos entrar na galeria do plenário da Alerj para olhar na cara de cada deputado, no momento em que ele estiver votando contra os interesses da sociedade e cobrar isso deles no fim do ano, durante as próximas eleições - disse bastante exaltado na ocasião o presidente do Sindicato dos Urbanitários, Luís Carlos de Oliveira para, em seguida, propor à deputada Lúcia Souto que propusesse a retirada do projeto de votação.



Fotos: Romaldo Gama

No detalhe, um flagrante da tentativa de provocação aos manifestantes: guincho ameaça rebocar o carro de som



O deputado Almir Rangel negocia com um cel. da PM, a permanência do carro de som

“Estamos vivendo um novo regime de exceção. Esse ditador não pode transformar nosso Estado numa república de bananas.”

Pressão

Mas a tentativa de provocar e intimidar os trabalhadores não parou por aí. Até reboques da CET-Rio foram chamados para retirar, sem sucesso, o carro de som usado pelos manifestantes. Imediatamente, os trabalhadores se colocaram na frente do carro de som para impedir a violência, juntamente com o deputado dono do veículo. “Querem rebocar esse carro. Quero dizer que tenho mais 17 deles, que estão à disposição dos trabalhadores”, dizia Almir Rangel em tom irônico, depois de negociar a permanência do veículo com um coronel, de nome Patrício, do 5º Batalhão de Polícia Militar, que permaneceu no local durante toda a manifestação.

- Como a tática não deu certo, o oficial PM começou a pressionar os manifestantes para que baixassem o volume do som, o que gerava imediata reação. Com a chegada de alguns ônibus trazendo trabalhadores e representantes do sindicato da categoria em Campos, foram pedidos reforços e um novo pelotão de soldados da PM, todos portando cacetetes e armas de fogo chegaram à Alerj, posicionando-se num ponto mais alto das escadarias:

“Estamos vivendo um novo regime de exceção. Temos que dizer para esse ditador que ele não pode transformar o nosso Estado numa república de bananas”, dizia, referindo-se ao governador, a deputada Lúcia Souto, irritada com as manobras do presidente da Alerj para arquivar seu projeto. “O que está acontecendo dentro desta Casa é uma vergonha. Por isso, o Tiradentes está de costas para ela, só pode ser de vergonha”, dizia um manifestante, representante de policiais civis, exigindo dignidade salarial para os servidores e prometendo continuar a luta contra as privatizações.

Governo manipula dados para subavaliar CEDAE

As principais informações econômicas divulgadas pelo governo do Estado no estudo de modelagem de venda da CEDAE, elaborado pelo consórcio Sanerio, e que serviram de base para a elaboração do pré-edital de privatização da Empresa, estão manipuladas, com o propósito de subavaliar o preço de venda do controle acionário da Companhia e também de subdimensionar os sistemas de produção de água, principalmente na Região Metropolitana, onde se concentram 80% da arrecadação.

A denúncia foi feita pela ASEAC, com base em estudo elaborado pelo grupo de trabalho integrado por técnicos da Empresa, criado pela Associação, para estudar os aspectos comerciais, econômicos e financeiros da modelagem da CEDAE. O resultado do trabalho gerou uma série de questionamentos que serão encaminhados à coordenação do Programa Estadual de Desestatização - PED -, através da justiça, após a publicação do edital.

Manipulação

De acordo com o estudo, a manipulação vai desde os dados financeiros e de tarifas às informações operacionais, reduzindo o valor real da empresa. O governo informa, por exemplo, que o faturamento da CEDAE, de janeiro a setembro de 1997, foi de R\$ 710 milhões, quando, na verdade, atingiu a R\$ 874 milhões, sem contabilizar o ICMS cobrado, de 18% sobre 50% do valor da conta. Essa manipulação de números representa uma redução de, no mínimo, R\$ 164 milhões, no faturamento da Empresa naquele período.

O documento da ASEAC denuncia, ainda, que os números referentes ao volume faturado de água, no mesmo período, é menor em 146,6 milhões de metros cúbicos, pois o volume real, segundo levantamento da Entidade, é de 655,3 milhões e não de 508,7 milhões de metros cúbicos, como informa a Sanerio. Aliás, o volume real de água produzido pela CEDAE atingiu a 1,3 bilhão de metros cúbicos, entre janeiro e setembro do ano passado, e não 1,0 bilhão como informa o documento do governo, sugerindo um volume de cerca de 300 milhões de metros cúbicos a menos.



“O volume real de água produzido atingiu a 1,3 bilhão de metros cúbicos, entre janeiro e setembro do ano passado, e não 1,0 bilhão como informa o governo.”



40 anos de trabalho jogados no lixo

Na área de esgotos, os dados também estão manipulados: o documento do governo afirma que o volume de esgotos faturado é de 295 milhões de metros cúbicos, enquanto os técnicos garantem que passa dos 337 milhões. Ou seja, existe uma diferença para menos declarada de pelo menos 42 milhões de metros cúbicos faturados.

A ASEAC questiona também o índice de perdas atribuídas ao sistema que, segundo a Sanerio, é de 51,7%, enquanto o levantamento feito pela ASEAC aponta para uma taxa de 40,0% de perdas físicas, incluindo as favelas.

O documento elaborado pela ASEAC questiona, ainda, a omissão do documento do governo, pois este afirma que somente com a publicação do edital de licitação de privatização da Empresa serão definidos o futuro da Previdência da CEDAE - Prece - e da Caixa de Assistência da CEDAE - CAC -, inclusive à dívida da Companhia para com essas instituições.

Outro ponto que vem preocupando a ASEAC e que será motivo de questionamento junto à coordenação do PED, pela justiça, refere-se à indefinição sobre a responsabilidade pelo pagamento do serviço da dívida nos contratos de financiamento com a CEF, onde a CEDAE é a responsável pelas garantias. Esse é o exemplo, segundo o documento, do Programa

ma Baixada Viva, onde o Estado está investindo em drenagem, abastecimento, esgotamento sanitário, pavimentação, iluminação e equipamentos urbanos. Nesses casos, quem ficará com o serviço da dívida: a CEDAE, o Estado ou a iniciativa privada? - questiona a ASEAC.

Liminar do Tribunal de Justiça do Rio caça a Lei 087 e devolve aos municípios a titularidade sobre o Saneamento Básico, fazendo valer a Constituição do País

Água no “vinho” do governo

O Tribunal de Justiça do Estado acaba de conceder uma liminar à Procuradoria do Município do Rio de Janeiro, suspendendo os efeitos da Lei Complementar número 087, sancionada pelo governador Marcello Alencar, em dezembro de 1997, atribuindo ao Estado a titularidade sobre os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. A decisão, um verdadeiro balde d'água no “vinho” do governador, significa que a CEDAE está fora do Programa Estadual de Privatização - PED - uma vez que a Constituição brasileira determina que o Poder Concedente dos serviços de Saneamento são os municípios.

A liminar, concedida por Órgão Especial do Tribunal de Justiça, foi deferida pelo desembargador relator Gama Malcher em favor da prefeitura, que ingressou com uma ação de inconstitucionalidade contra a Lei 087, que, literalmente, “atropela” a Carta de 1988 e a Lei Orgânica do Município. O governador do Estado insiste em manter a data do leilão da CEDAE, marcado para junho, e já determinou à Procuradoria Geral que recorra da decisão. Mas segundo análise do advogado da ASEAC, Marcelo Cerqueira, trata-se de uma questão muito difícil de ser revertida pelo Estado, tendo em vista a instância da decisão.

Segundo o sub-procurador-geral do município, André Tostes, o Estado ainda pode, realmente, ingressar com recursos junto ao próprio Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Ele reiterou, no entanto, que a Lei 087 fere, de fato, a Constituição federal e a Lei Orgânica do Município. “A Constituição afirma que cabe aos municípios a responsabilidade sobre os serviços de interes-

se local”, garantiu. E a partir dessa liminar, passa a prevalecer, segundo ele, a Lei municipal 2.617, que diz ser o Município o poder concedente dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos.

“É uma vitória da sociedade que, hoje, assustada com a queda da qualidade dos serviços prestados pela Light e pela CERJ, está consciente dos riscos que está correndo com a proposta do governo do Estado de vender o controle acionário da CEDAE.”

nal da ASEAC que, se eleito, reverterá a privatização da CEDAE, caso ela venha a ocorrer. César Maia, crítico ferrenho da administração Marcello Alencar, chegou a afirmar, na entrevista, que as privatizações que estão sendo feitas no Estado do Rio representam apenas a destruição do patrimônio público e do servidor público. Na ocasião, o ex-prefeito anunciou que o Município iria entrar com uma ação na justiça contra o projeto de lei do governo do Estado, que retirava dos municípios a titularidade de vários serviços públicos, entre os quais, o Saneamento Básico.

Na opinião do presidente da ASEAC, Dario Mondego, a liminar concedida ao Município do Rio represen-

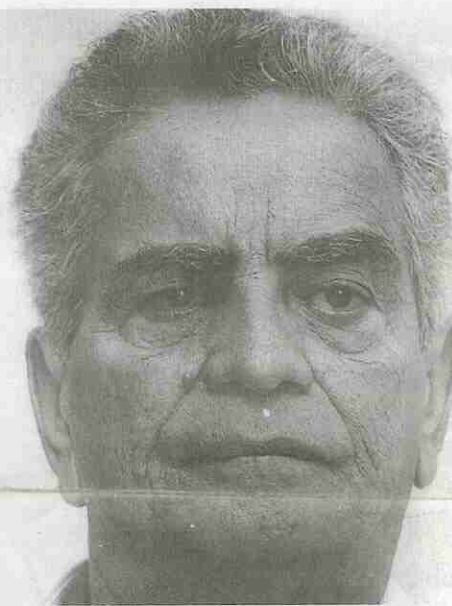
ta mais do que uma simples vitória judicial da prefeitura: “É uma vitória da sociedade que, hoje, assustada com a queda da qualidade dos serviços prestados pela Light e pela CERJ, está consciente dos riscos que está correndo com a proposta do governo do Estado de vender o controle acionário da CEDAE”. Além disso, a sociedade, de maneira geral, não pode aceitar que governos eleitos por ela tomem decisões à revelia da legislação e da vontade da população, em nome de interesses duvidosos, transferindo ao setor privado um serviço essencial que, se tiver como pano de fundo apenas o lucro, certamente colocará em risco a qualidade de vida e a saúde da população. O presidente da ASEAC alertou ainda que a sociedade, através das lideranças comunitárias, de classe, de trabalhadores etc., devem continuar mobilizadas, principalmente em torno do projeto da deputada Lúcia Souto,

Arquivo

que retira a CEDAE do programa de privatização estadual. Para Dario mondego, a decisão em favor da Prefeitura com certeza vai influir no comportamento dos parlamentares na hora da votação, uma vez que, sem a Lei 087, de pouco ou nada adiantará manter a CEDAE no PED, além do fato de que esta decisão representa um ônus político muito grande num ano eleitoral. – E resgata a imagem da Alerj - que foi induzida pelo governador, “a toque de caixa”, a aprovar uma lei inconstitucional - se permanecer a liminar, até o julgamento do mérito negativo ao governo – conclui.

Decisão festejada

A decisão da justiça foi comunicada à ASEAC, através de um telefonema ao presidente, do ex-prefeito César Maia, candidato ao governo do Estado do Rio pelo PFL, que já havia afirmado, em entrevista exclusiva ao Jor-



Apesar do golpe que sofreu com a liminar do Tribunal de Justiça, o governador Marcello Alencar insiste em privatizar a CEDAE, ignorando a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município.